



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ALUNOS COM
DÉFICIT COGNITIVO ATRAVÉS DO SEU PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO**

Edilza Raimunda dos Santos Magalhães

SANTA MARIA, RS, Brasil

2010

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ALUNOS COM
DÉFICIT COGNITIVO ATRAVÉS DO SEU PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO**

Por

Edilza Raimunda dos Santos Magalhães

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**SANTA MARIA, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ALUNOS COM DÉFICIT
COGNITIVO ATRAVÉS DO SEU PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO**

elaborado por
Edilza Raimunda dos Santos Magalhães

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Márcia Doralina Alves
(Presidente/Orientador)

Alessandra Cavalheiro

Douglas Casarotto de Oliveira

SANTA MARIA, RS, Brasil
2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO ATRAVÉS DO SEU PROCESSO ALFABETIZAÇÃO

EDILZA RAIMUNDA DOS SANTOS MAGALHÃES

ORIENTADOR: TAIS GUARESCHI

Santa Maria - RS

O estudo sobre “A Construção da Identidade de Alunos com Déficit Cognitivo através do seu Processo de Alfabetização, incide diretamente na formação de valores e na postura de educadores que buscam meios de introduzir no sistema de ensino a Educação Inclusiva de Alunos com Necessidades Especiais, se observado como opinam ou como procuram desenvolver programas que inclua os alunos na rede regular de ensino. A metodologia aplicada é do tipo qualitativo com participação através de entrevistas de cinco educadores de escola pública, que contribuíram diretamente com a contextualização empírica desse estudo e através deles foi possível um diagnóstico de leitura e escrita com educando com déficit cognitivo, portadores de deficiência mental, aos quais pode se observar o avanço e desenvolvimento da leitura e escrita, e o nível de socialização no qual se encontram. O resultado observado é que os alunos progredem a seu tempo, observando-se que a frequência escolar é constante apesar de adentrarem nesse contexto tardiamente. Assim, nos resultados da investigação pode-se observar que os educadores e alunos procuram socializar-se em prol da inclusão dos alunos especiais, perpassando dificuldades e abolindo preconceitos.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	03
2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO.....	05
2.1 RESULTADO	06
2.2 ANÁLISE DOS DADOS	08
3. REFERENCIAL TEÓRICO	09
3.1 APOIO A INCLUSÃO	09
3.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	14
3.3 DÉFICIT COGNITIVOS: DEFICIÊNCIA MENTAL	16
3.4 ADAPTAÇÕES E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: PRÁTICA DOCENTE	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5. REFERÊNCIAS	28
6. APÊNDICES	30
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM EDUCADORES – QUESTIONÁRIO.....	30
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	31
7. ANEXOS	32
ANEXOS 1 – DIAGNOSTICO DE ESCRITA 1	32
ANEXOS 2 - DIAGNOSTICO DE ESCRITA 2	33
ANEXOS 3 - DIAGNOSTICO DE ESCRITA 3	34
ANEXOS 4 - DIAGNOSTICO DE ESCRITA 4	35
ANEXOS 5 - DIAGNOSTICO DE ESCRITA 5	36

1. APRESENTAÇÃO:

Movimentar, caminhar, pensar, sentir, fazer, faz parte das qualidades do ser humano, torna-se função essencial à autonomia e a formação das habilidades cognitivas e/ou físicas dos indivíduos. Dentre as pessoas que tem algum tipo de dificuldade cognitiva, percebe-se que a aprendizagem ocorre aos poucos, este fato vem sendo analisado desde a década de 1930. Cupello, (1998), observou-se que crianças inteligentes tinham dificuldades de aprender a ler e escrever, e que muitas dessas dificuldades correspondiam a distúrbios articulatórios que afetavam os padrões de pronuncia ou de produção de sons da língua que estão ligadas às fases de programação e execução neuromotora.

Como a aprendizagem depende do processo constitutivo do desenvolvimento neuromotor, a criança que possui dificuldade que antes era tida como desinteressada, passou a ser observada e investigada em sua formação escolar, observando-se como ocorre a alfabetização.

A partir desse conceito, definiu-se como objeto desse estudo o tema: A Construção da Identidade de Aluno com Déficit Cognitivos através do seu Processo de Alfabetização. Na constituição desse tema, o trabalho desenvolvido procurará respostas para a seguinte questão: Como está acontecendo o processo de alfabetização de alunos com déficit cognitivo nas series iniciais do ensino fundamental?

Com o objetivo de compreender a respeito da interferência dos distúrbios cognitivos no processo de aprendizagem, é necessário observar como a intervenção do professor contribui para contextualizar esse processo, salientando que para essa formação é necessária a flexibilização e adaptação curricular, modificando-se metodologias pré-concebidas e introduzindo métodos que estimule a participação do aluno no desenvolvimento da oralidade e da escrita.

Fundamentando essa pesquisa, o relacionamento teoria prática será contextualizado, observando se as teorias de Lev Vigotsly, Jean Piaget, Emilia Ferreiro e outros autores que façam menção ao assunto, e a prática será observada através de questionário que buscará

compreender como é o relacionamento entre professor/aluno, havendo um diagnóstico que procurara identificar a hipótese de leitura e escrita que o aluno se encontra e a relação de interdependência entre a aprendizagem e a auto-estima.

Na concepção desse trabalho, conhecer a relação entre professor/aluno é essencial, por isso, o profissional deve procurar habilitar-se para reconhecer a hipótese de escrita e fala do aluno e compreender a diferença entre competência e dificuldade de aprendizagem para não classificar o aluno como interessado ou desinteressado antes de fazer um diagnóstico sério e capaz de identificar a realidade cognitiva da criança..

Na sistematização do trabalho, será abordado temas que identifique quais as políticas públicas inclusivas, como são implantadas adaptações e flexibilização escolar e qual a função e procedimento do professor diante de um aluno com déficit cognitivo.

2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO:

A abordagem deste trabalho procura contribuir com o debate sobre o déficit cognitivo e através de um estudo bibliográfico e pesquisa de campo, fornecer subsídios para melhorar a qualidade do ensino e a relação entre professor/aluno, contribuindo com a construção da identidade do aluno.

Estruturado dentro desse propósito, a pesquisa qualitativa com enfoque descritivo, método mais adequado a este tipo de estudo. Segundo Bazzanella (2008, p. 78) a pesquisa quanto ao problema e ao objeto pode ser:

Qualitativa: há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, que não pode ser traduzida em números. A interpretação do objeto e a atribuição de significados são básicas na pesquisa qualitativa. O pesquisador tende a analisar os dados individualmente. [...].

Descritiva: objetiva descrever as características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

Ma abordagem qualitativa o enfoque é dentro do ambiente natural do sujeito investigado, havendo contato direto entre o pesquisador com o sujeito pesquisado dentro do seu ambiente natural, neste caso, observa-se como é influenciado em seu contexto

Através do estudo de caso, o trabalho desenvolvido contará com o apoio da Escola Municipal Arlindo Ferreira, no município de Conceição do Jacuípe, Bahia, com alunos do 2º ano d ensino fundamental, do turno vespertino, havendo um apoio teórico bibliográfico nas observações e contextualização do estudo de caso que visa descobrir e interpreta a ação, o problema e o comportamento do sujeito em situações específicas, observando-se as relações e interações entre professor/aluno, aluno/aluno.

Assim, o caminho da pesquisa tem as seguintes etapas:

1 – levantamento bibliográfico: que embasa o tema proposto e busca o esclarecimento através de livros, jornais, revistas, internet e artigos especializados da área.

2 – Seleção de amostra e pesquisa de campo: a escolha da escola foi devido a relação pré-existente entre o pesquisador e o corpo docente, além de pertencer ao município ao qual reside. Logo após, com ajuda do professor regente foi escolhido cinco crianças com dificuldades cognitivas, onde foi feita um diagnóstico de leitura e escrita para ser observado suas limitações e quais possibilidades de avanço através da intervenção do professor.

3 – Coleta de dados: Para o diagnóstico foi aplicado um questionário com cinco educadores, além da observação da ficha de acompanhamento e do diagnóstico de leitura e escrita.

4 – Instrumentos da Pesquisa: Questionário; Avaliação diagnóstica de leitura e escrita.

2.1 RESULTADOS

Dos cinco educandos apresentados e indicados pelos professores, todos apresentam déficit cognitivo, pertencentes ao 2º ano do ensino fundamental foram matriculados na escola normal em idades mais avançadas. Estão em plena descoberta da linguagem e da escrita.

Análise da escrita: (Alunos)

1 – Aluno M.A.L.S. (26 anos) apresenta leitura global, reconhece as letras do nome, sabe que para escrever é preciso as letras, possui valor sonoro, tem repertório qualitativo, escreve o “i” depois do “j” por pura distração, encontra-se no nível silábico alfabético onde escreve as letras representando uma sílaba. Ex: B para be; M – me; I – ni; No – no.

2 – J. H. P. dos S. (15 anos) tem variedade de letras, utiliza letras do próprio nome para completar as palavras, leitura global, escreve a letra “m” espelhado, nível pré-silábico, utiliza pseudoletras.

3 – E. V. dos S. (32 anos) usa símbolos para representar a escrita, fase das garatujas, leitura global, na representação do nome usa o matinho.

4 – M. M. dos S. S. (48 anos) não compreender o que foi pedido para escrever, repetiu o enunciado ou seja sabe copiar e desenhar as letras.

5 – Aluno P.C. da S. (16 anos) escreve com controle das letras, leitura global, utiliza letras convencionais, cada letra representa uma sílaba, repertório qualitativo.

Análise das entrevistas: (Professores).

Todos os educadores entrevistados têm entre seus alunos educandos com déficit cognitivo, com síndrome de down; transtorno mental leve, moderado e grave; autismo; deficiências múltiplas; dificuldade de linguagem, raciocínio e concentração; e deficiência mental.

Há uma unanimidade entre os professores com relação às dificuldades no processo de alfabetização; tem dificuldades de raciocínio, compreensão e organização; coordenação motora; domínio da linguagem e escrita; dificuldade de socialização (não abrangendo todos).

Na relação social para a aprendizagem os educadores acham que os alunos especiais geralmente não conseguem acompanhar a aprendizagem do grupo, ocorrendo de forma lenta.

Com relação aos alunos normais, a relação de interação é apropriada para a aprendizagem dos alunos especiais, todos se socializam, principalmente no momento do desenvolvimento das habilidades motoras como jogos, brincadeiras, com relação à discriminação, para os educadores até os alunos se associarem o preconceito é existente sendo abolido aos poucos, iniciando-se um processo de proteção, por parte dos alunos aos educandos especiais.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos dados é necessário trabalhar todo o material de pesquisa, observando e avaliando cada item a partir de um referencial teórico, buscando destacar cada parte do estudo analisado.

Neste estudo o referencial teórico utilizado partiu dos pressupostos do teórico metodológico da educadora Telma Weisz, que apresenta suas ações educativas através do Programa de Formação de Educadores.

Conforme Weisz (2009, p. 17), o sistema educacional brasileiro através das políticas públicas avalia as crianças que domina a escrita seus usos e funções, tornando-se um material que ajuda o professor, mas, a tarefa essencial do professor é descobrir quais as hipóteses de leitura e escrita do educando.

Com relação à educação especial Gomes et. al (2007), a avaliação do aluno com déficit cognitivo é conceituada a partir do seu avanço no entendimento dos conteúdos apresentados.

Nesse pressuposto os conceitos educacionais de avaliação diagnóstica apresentados por Weisz é perfeito para compreender os avanços cognitivos de alunos com déficit de aprendizagem.

Assim, na análise dos resultados dos alunos, percebe-se que se encontra com pequenos avanços, mas, apesar do distúrbio mental conseguem apresentar aprendizagem significativa, pois, conseguem socializar-se.

Com relação aos educadores, seu objetivo é garantir aos alunos a integração, socialização e um processo de aprendizagem dentro do possível. Pode se perceber que os educadores preocupam-se com todos os alunos os com dificuldades de aprendizagem ou não.

Em suas atividades estimulam a integração e socialização e procuram conhecimentos diversos sobre o assunto. Para embasar a metodologia empregada em sala de aula sempre procuram apóio através do sistema educacional.

Neste trabalho as entrevistas com professores e o diagnóstico de leitura e escrita com portadores de déficit cognitivo contribuiu para

compreender como e quando o aluno com déficit cognitivo aprende e como a socialização e a inclusão tornam-se essenciais para a formação da identidade cultural do aluno especial.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 APOIO A INCLUSÃO

Educar é promover desenvolvimento ao indivíduo, com o objetivo de atingir esse ideal a sociedade procura incluir os indivíduos, abolindo idéias existentes desde o início da história da humanidade quando o domínio e a segregação eram instituídos pelos mais fortes motivados por questões religiosas, políticas, éticas, econômicas, entre outros que contribuíram com o processo de exclusão a cada momento histórico.

No combate a essa exclusão a-histórica Covre (1991) argumenta que o desafio é incluir todos os cidadãos, abolindo a grande distância entre o discurso e a prática dos direitos humanos que entre seus parâmetros defende que todo homem tem direito à vida, a liberdade, ninguém passará por processos de degradação e exclusão, por fim todos são iguais perante a lei e tem na família o núcleo natural e fundamental da sociedade.

O respeito ao cidadão é um exercício prático e essencial tanto por parte do sistema político quanto educacional, por isso, os direitos do cidadão é descrito na Constituição Federal de 1988 e assegura a todos direitos sociais a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, proteção a maternidade e a infância, assistência aos desamparados (BRASIL, 2007).

A Constituição quando relata sobre os direitos sociais embasa o direito a educação a todos sem generalização de diferenças sociais, econômicas, étnicas, cognitivas, abolindo a forma hegemônica do pensar e induzindo o educador a repensar sua ação educacional, extinguindo preconceitos e favorecendo a inclusão de crianças com dificuldades de aprendizagem.

Quando abole preconceitos existenciais no contexto escolar, incluem-se os excluídos que de acordo com Carvalho (2004, p. 69) são. “são excluídos os que não conseguem ingressar nas escolas e também,

aqueles que, mesmo matriculados, não exercitam seus direitos de cidadania de apropriação e construção de conhecimentos.”

A tarefa de educar não é fácil, exige do educador uma forma própria, um processo de personalização que envolve de uma forma global o apoio de todos que se beneficiam dele e passam a reconfiguração educacional, no sentido de resgatar a igualdade de oportunidade. Um homem educado age dentro de parâmetros socioculturais, sem segregar ou excluir, debatendo a respeito das ações voluntária ou involuntária que desrespeitam o direito do educando. Neste sentido Rosa e Souza (2002, p. 57) relatam:

Falar sobre inclusão/exclusão de alunos nas escolas tem sido muito comum nos atuais debates de políticas educacionais, em função do grosso volume estatístico de evasão escolar. Em tempo, é perceptível às implementações na área de educação de um conjunto de transformações, os quais têm provocado grandes modificações no funcionamento dos sistemas de ensino e na qualidade de seu atendimento Articuladas a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996, as transformações têm se processando nos âmbitos do financiamento, do currículo, da gestão, da evasão, da organização pedagógica, dos materiais didáticos, da presença dos instrumentos de comunicação na escola etc.

A modificação do pensamento linear da educação é essencial para o sucesso dessas transformações, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), não deve ser vista apenas como uma obrigatoriedade, mas como um apoio, dessa maneira, a educação brasileira conseguirá responder aos desafios da educação inclusiva e da educação do ensino fundamental do terceiro milênio, educador para a cidadania, o respeito e a formação continuam, quando alunos e educadores associam-se na busca de um sistema educacional que capacite, prepare e forme indivíduos com valores morais e respeito à cidadania.

A conquista nesse caso, é de harmonia entre os indivíduos, independente de sua diferença, gerando uma busca integrada entre as principais instituições: A Família, o Estado e a Escola, contribuindo com a formação de um cidadão íntegro, repleto de valores, capaz e autônomo. Diante disso, o questionamento é como educar alunos ditos diferentes?

Nessa problemática, a educação brasileira de acordo com Rosa e Souza (2002), acha que há necessidade de organizar a prática educacional, melhorando o sistema educacional, dentro de um caráter qualitativo.

Logo, o sentido de inclusão é associado à reforma, quando é necessária a readaptação de métodos educacionais capazes de valorizar a educação humanizada, valorizando as relações interpessoais entre alunos/alunos; professores/professores; professores/alunos; pais/professores, em um sistema interligado que tenha como foco a aprendizagem de alunos ditos normais conjunto com os ditos diferentes dentro da escola regular, com apoio e materiais necessários, evitando-se a exclusão ou o distanciamento provocado em muitos momentos por escolas especiais. Segundo Rosa e Souza (2002) a presença de uma criança na escola regular é garantida pelo direito constitucional, mas essa democratização do ensino não garante a efetivação da inclusão, pois nem sempre a escola está preparada para possibilitar essa inserção, a lógica é repensar uma educação que minimize os mecanismos de exclusão, assegurando que todos se beneficiam da educação como bem social, enfrentando as dificuldades e compreendendo a deficiência sob uma nova perspectiva, valorizando o professor e principalmente a educação.

Pensar educação é atender a todos independente da diferença, o objetivo é atender a demanda da sociedade que exige novos conceitos educacionais, não bastando apenas colocar os alunos especiais em uma sala de aula, mas atende-los com dignidade, modificando as instituições e redimensionando o atendimento ao público em uma escola que prima pela educação e manutenção de igualdades, não havendo diferentes mas grupos que precisam de uma atenção especial, assim, a escola torna-se homogênea, conduzindo o aluno as exigências atuais do mundo globalizado, onde as diferenças fazem parte do contexto mundial, incluindo-se ao pessoas que tem distúrbios, sejam eles mentais, físicos, cognitivos, ou qualquer outro, abolindo-se a diferença e apropriando-se das semelhanças entre seres humanos que tem um ideal comum o convívio social.

Segundo Vygotsky (1998), a criança aprende interagindo com o meio, a importância da instituição escolar é na formação do conhecimento, assim, o ensino acontece através de estímulos que produzem compreensão e desenvolvimento de habilidades, o domínio ocorre quando as estruturas cognitivas recebem informações contínuas, é assim, na aquisição da escrita e da fala, o aluno passa a ter controle do próprio funcionamento psicológico.

Com a ideia de educação através do desenvolvimento cognitivo o biólogo suíço Jean Piaget revolucionou a educação ao defender que o aluno é construtor da sua aprendizagem, assim educador é provocar o conhecimento, o professor tende a pensar no que a criança é, mas no que ela pode se tornar, para isso a criança passa por estágios de desenvolvimento cognitivo. Em classes com crianças de iniciadas no contexto escolar é perceptível que suas descobertas giram em torno de representações e da socialização, imitando e imaginando recriam personagens de acordo ao contexto que vive para isso, a criança aplica, replica e recria usando a memória. (FERREIRO, 2001).

Vygotsky e Piaget acreditavam que a aprendizagem se dá através da interação entre estruturas internas e contextos internos, contrapondo-se apenas na relação da forma como a aprendizagem ocorre, Vygotsky defendia que a aprendizagem depende da influência social, Piaget defendia que o meio social era apenas uma interferência.

Porém, diante do quadro de exclusão, o sistema educacional que se apóia na teoria Sócio-interacionista de Vygotsky ou no Construtivismo de Piaget, trabalham em prol da inclusão, pois conduz o aluno a aprendizagem e o educador a perpassar dificuldades. Para Rosa e Souza (2002, p. 77):

Mesmo com dificuldades, muitos docentes já começam a exercitar essa prática na sua ação pedagógica, e embora reconheçam o desafio, demonstram prazer e entusiasmo por estarem aprendendo, ensinando e compartilhando com seu grupo de classe uma nova modalidade de fazer educação. No entanto, reconhecem que este novo modo operante se efetivará, de fato, quando o conjunto da escola se transformar. Para isso, é preciso transformar a organização do espaço e do

tempo escolar, a superação de preconceitos, as relações estabelecidas com o saber e a valorização do trabalho educativo e da pessoa do professor.

O apóio a educação inclusiva permite ao educador atender as crianças com distinção, mudando o comportamento de todos que acham a criança especial como um empecilho a aprendizagem dos outros, um atraso a aprendizagem do demais, por isso, os PCNs da educação especial defende que é necessário a implantação de suportes que atendam aos diferentes inserindo-o, fazendo da escola um espaço social produtor do saber, um bem de direito de toda criança independente da diferença psicomotora. O educador pratica a função social de produzir saber, contribuindo diretamente com a formação de um indivíduo, autônomo, capaz e hábil, produtor da própria identidade.

3.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Atualmente com a globalização, informação continua e transformações constantes, onde tudo acontece em questão de segundos, a formação do indivíduo depende de como age, faz, produz, como conquista seu espaço e elabora meios para se favorecer das adversidades socioculturais, perpassando dificuldades e introduzindo-se no meio.

Nessa conquista espacial, a diferença sociocultural obriga o estabelecimento de regras e introduz obrigatoriamente a inclusão de educandos especiais no ambiente escolar, contudo, a falta de conhecimento tanto de educadores quanto de alunos ditos normais, torna-se um empecilho para essa inclusão.

Com o objetivo de perpassar esses empecilhos, a escola implanta projetos que valorize a diversidade, contribuindo com a socialização e interação entre alunos diferentes, nesse caso, o educador torna-se mediador da cultura e desenvolve a parceria entre os alunos, assim, o aprendizado acontece com sabedoria e os preconceitos são abolidos,

neste processo de integração todos se tornam iguais, seres humanos com diferenças sociais, culturais, étnicas, psicomotoras, as dificuldades de ver, falar, locomover, agir e pensar são abolidas diante de atos de amizade e carinho, contribuindo com a construção da identidade dos alunos.

A educação tem hoje, portanto, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, superdotação; condutas típicas de síndromes/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas.

Ao longo dessa trajetória, verificou-se a necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos. O caminho foi longo mais aos poucos esta surgindo uma nova mentalidade, cujos resultados deverão ser alcançados pelo esforço de todos, no reconhecimento dos direitos do cidadão. O principal direito refere-se à preservação da dignidade e a busca da identidade como cidadãos. (BRASIL, 2001, p. 21-22).

Neste conceito, a identidade de um aluno especial é formada com a valorização da auto-estima, o aluno produz autonomamente capacitação e formação cultural, necessárias para a auto-afirmação e produção de crescimento pessoal, contribuindo com a tomada de decisões.

A reflexão sobre a influência cultural e formação da identidade conduz o indivíduo a pensar como a cultura envolve o indivíduo e torna-se algo pessoal e unitário, neste caso, a interação com o meio e a aceitação de si como sujeito do meio capacita-o a colaborar com o aspecto cultural e a formação da identidade, uma vez que a transformação e construção da identidade é um processo longo.

Para Erikson (1976), a formação da identidade é algo processual, histórico, referenciado, importante a conquista do indivíduo quando resolve os conflitos na formação da identidade.

Portanto, para o educando especial garantir-se como co-participante de sua própria formação é essencial, pois, é a partir da conquista do espaço que pode discernir a cultura e valorizar a construção da identidade da cultura do educando especial.

Nessa reflexão, o conhecimento sobre as diferentes necessidades especiais é essencial para se distinguir como trabalhar com cada uma delas, sem preconceitos e gerando seres humanos com rosto e características próprias.

3.3 DÉFICIT COGNITIVOS: DEFICIÊNCIA MENTAL

Pensar, falar, locomover é inerente a todos os indivíduos com capacidade própria, mas, entre estes existem os que têm dificuldades para ações corriqueiras, por isso, os portadores de necessidades especiais são acompanhadas e tidas como diferentes.

Sobre a vida social da pessoa com deficiência, por diferentes fases da história o indivíduo com qualquer tipo de problema mental ou físico era excluído da sociedade e tido como um estorvo até mesmo como uma maldição tanto para a família quanto para a sociedade.

Passando por diferentes fases no tipo de aceitação ou discriminação, os deficientes passaram por momentos difíceis onde foram excluídos, execrados, mortos e separados do contexto social.

No combate a essa separação, atualmente a educação especial tornou-se base para a formação, socialização e aceitação dos educando em uma época que não houve tantos conflitos e injustiça social. Para Rodrigues (2006), a desigualdade das condições de vida com distinção entre ricos e pobres vem ampliando os conflitos entre os povos. A exclusão ocorre em todos os setores, abolindo os direitos do cidadão de forma geral. É nesse contexto de exclusão que o termo inclusão invade os espaços, principalmente na área social e educacional.

Ao mesmo tempo em que o termo inclusão se expande, passa por dificuldades de contextualização, pois sua amplitude conduz a questionamentos do que é e como é a inclusão? Para avaliar essa inclusão tem que ser levado em conta que atualmente o modelo

paternalista de família não mais existe, que a sociedade excluir os menos favorecidos através do sistema capitalista, com isso a educação procura meios que favoreçam aos portadores de dificuldade de aprendizagem ou déficit cognitivo, para que sejam vistos como produtores aptos a fazerem parte desse contexto.

A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento. A diversidade existente na comunidade escolar contempla uma ampla dimensão de características. (BRASIL, 1998, p. 23).

A educação escolar inclusiva, procura identificar os alunos com a serem incluídos nos diversos âmbitos sociais, culturais e econômicos, analisando as características individuais.

Necessidades educacionais podem ser identificadas em diversas situações representativas de dificuldades de aprendizagem, como decorrência de condições individuais, econômicas ou socioculturais dos alunos:

- crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- crianças com deficiência e bem dotadas;
- crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas;
- crianças de populações distantes ou nômades;
- crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais;
- crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s). (BRASIL, 1998, p. 23).

Em meio a essa diversidade, há o déficit cognitivo, tido como uma dificuldade de aprendizagem, socialização ou aquisição de meios que favoreçam a autonomia plena do indivíduo, apresenta limitações no funcionamento adaptativo nas seguintes áreas: leitura, escrita, oralidade, socialização, habilidades físicas e cognitivas; autocuidado, perda de

noção do perigo, impulsividade, agressividade espontânea, entre outros fatores que influenciam e dificultam o convívio social. (BRASIL, 1998).

O compromisso de garantir a todos a educação assumido pela Constituição Federal de 1988, conduz a educação a diferenciar os tipos de deficiências para agir em prol do aluno, assim, no conceito de Gil (2005, p. 28):

Deficiência mental: Segundo a definição adotada pela AAMR (American Association of Mental Retardation - Associação Americana de Deficiência Mental), a deficiência mental é um “funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas de habilidades adaptativas: comunicação, auto-cuidado, habilidades sociais, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, de lazer e trabalho. Manifesta-se antes dos dezoito anos de idade.” O aluno com deficiência mental tem um potencial, que pode ser estimulado na sala de aula e através do convívio com outros alunos. Muitas pessoas confundem a deficiência mental com a doença mental (esquizofrenia, paranóias e outras), o que não é correto. São fenômenos completamente diferentes. A pessoa com deficiência mental não tem surtos, não tem ataques e não tem convulsões. É perfeitamente possível conviver com ela.

Nesse conceito, é perfeitamente possível a convivência com alunos que possuem diferença cognitiva, a socialização faz parte produtora do conhecimento, por isso, o educador tende a reconhecer os sintomas quando os mesmo se apresentam. Para Gil (2005) o sintoma educacional da deficiência mental é a dificuldade na aprendizagem na relação entre compreensão de normas e ordens.

Quando percebe ou reconhece esse sintoma no aluno, o questionamento do educador é o que fazer neste caso Gil (2005) explica que não é um sintoma fácil de ser percebido, pois, pode ser confundido com questões emocionais. O professor deve ser cuidadoso antes de classificar esse sintoma, mas ao contatar qualquer possibilidade deve encaminhar pais e aluno a uma equipe multiprofissional para elaboração do diagnóstico que será constituído por psicólogo, médico e assistente social.

Um grande problema para pessoas que necessitam de cuidados especiais é a escassez de profissionais preparados para trabalhar com

deficiência e também os mitos existentes, que causam exclusão e medo a educadores, familiares e outros alunos, além dos mitos que desfavorecem a ampliação do sistema educacional e do convívio. Para Gil (2005, p. 112-113):

Mitos sobre deficiência mental

- Toda pessoa com deficiência mental é doente;
- Pessoas com deficiência mental morrem cedo, devido a “graves” e “incontornáveis” problemas de saúde;
- Pessoas com deficiência mental precisam usar remédios controlados;
- Pessoas com deficiência mental são agressivas e perigosas, ou dóceis e cordatas;
- Pessoas com deficiência mental são generalizadamente incompetentes;
- Existe um culpado pela condição de deficiência;
- Meio ambiente pouco pode fazer pelas pessoas com deficiência;
- Pessoas com deficiência mental só estão “bem” com seus “iguais”;
- Para o aluno com deficiência mental, a escola é apenas um lugar para exercer alguma ocupação fora de casa.

Ao abolir os mitos de convivência com os portadores de necessidades especiais, a apropriação do conhecimento torna se essencial para a convivência, neste sentido, Gil (2005, p. 113) explana:

Como tratar pessoas com deficiência mental?

- Aja naturalmente ao dirigir-se a uma pessoa com deficiência mental;
- Trate-a com respeito e consideração, de acordo com sua idade;
- Não a ignore. Cumprimente e despeça-se dela normalmente, como faria com qualquer pessoa;
- Dê atenção a ela, converse e vai ver como pode ser agradável;
- Não subestime sua inteligência. As pessoas com deficiência mental levam mais tempo para aprender, mas podem adquirir muitas habilidades intelectuais e sociais.

Alunos com deficiência mental

- Não subestime a inteligência das pessoas com deficiência mental! Encoraje as perguntas e a expressão de suas opiniões;
- Não superproteja as pessoas com deficiência mental. Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for realmente necessário;
- Valorize mais o processo do que o resultado. Mas não ignore os resultados, eles também devem ser esperados e cobrados do aluno com deficiência m e n t a l ;

- Promova a participação em atividades estimulantes e diversificadas;
- Respeite as preferências, os gostos e as decisões da pessoa.

Assim, é possível amenizar as conseqüências do problema, mais não curar. Além disso, é importante que a criança participe de programas de estimulação e entre em uma escola inclusiva onde o currículo seja adaptado e flexibilizado às suas dificuldades, com o objetivo de influenciar o aluno a capacitar-se, adquirindo habilidades, participando e adquirindo desenvolvimento intelectual de leitura, escrita e calculo como prevê o texto da Educação Inclusiva explicito no PCN da educação especial.

3.4 ADAPTAÇÕES E FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: PRÁTICA DOCENTE

Na educação inclusiva não se espera que a pessoa com deficiência se adapte a ela, mas que ela se transforme e possibilite a inserção do educando especial sem que haja transtorno para o contexto escolar.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada. (BRASIL, 1998, p. 17).

Entende-se que o conhecimento sistematizado deve ser oportunizado a todos os alunos em idade escolar de forma idêntica, constituindo dentro de direitos e favorecimentos iguais, por isso, a educação inclusiva deve ser construída a partir de conceitos socioculturais.

Ao pensar a implementação imediata do modelo de educação inclusiva nos sistemas educacionais de todo o país (nos estados e municípios), há que se contemplar alguns de seus pressupostos. Que professor o modelo inclusivista prevê? O

professor especializado em todos os alunos, inclusive nos que apresentam deficiências?

O plano teórico-ideológico da escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais e pragmáticas reais e presentes, como recursos humanos, pedagógicos e físicos ainda não contemplados nesse Brasil afora, mesmo nos grandes centros. Essas condições, a serem plenamente conquistadas em futuro remoto, supõe-se, são exequíveis na atualidade, em condições restritamente específicas de programas-modelos ou experimentais. (BRASIL, 1998, p. 17).

Com a superação dos obstáculos, a escola estabelece currículos com múltiplas facetas, da relação interpessoal a interdisciplinar, com currículos abertos e flexíveis, comprometido com o atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais ou não, oportunizando idênticas possibilidades e abrangendo o direito a todos que desejam aprender e ser inserido no contexto escolar.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Ver as necessidades especiais dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas as suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas, também, que se organizem para constituir uma real escola para todos, que dê conta dessas especificidades. (BRASIL, 1998, p. 31).

As modificações necessárias conduzem a discussão sobre a flexibilização curricular, que tem como principal objetivo adequar os conteúdos dentro de conceitos que conduza o aluno a manifestar a aprendizagem de maneira contínua, correspondendo gradativamente a situações que exija do currículo a adaptação que favoreça a aprendizagem contínua dentro das possibilidades do aluno, havendo modificações sempre que preciso.

As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares

implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o aluno. (BRASIL, 1998, p. 33).

No processo de avaliação, organização do ensino e da aprendizagem a adaptação curricular não deve ser vista apenas como decisão particular, onde apenas o professor e o aluno participam, dentro da especificidade apenas de um aluno, mas, dentro de um todo favorecendo a todos que adentrarem no contexto escolar. Neste caso, o educador põe em prática o ponto mais sensível e problemático do currículo, o equilíbrio entre o que é comum e o que é individual.

As adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Realizam-se em três níveis:

- no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar);
- no currículo desenvolvido na sala de aula;
- no nível individual. (BRASIL, 1998, p. 40).

Na adaptação para os alunos com déficit cognitivo, a dificuldade de aprendizagem exige do aluno uma maior atenção e do educador uma metodologia que abranja situações de intervenção no cotidiano do aluno, com espaços que conduza o aluno aprendizagem como, ateliês, cantinhos, oficinas e meios que possibilite o desenvolvimento de habilidades, socialização, comunicação, cuidado pessoal e a conquista da autonomia. (BRASIL, 1998).

Na classe de educação especial a homogeneização é abolida havendo uma concepção que todos estão em sala de aula para aprender, mas que alguns avançam mais que outros cabem ao educador implantar uma metodologia que favoreça a todos. Segundo Gil (2005, p. 19).

Na Escola Inclusiva não existem classes especiais. Ou melhor, todas as classes e todos os alunos são muito especiais para seu professor. E você sabe que isso é verdade por experiência própria. Você sabe que o Joãozinho aprende uma palavra muito melhor quando você faz um desenho na lousa. Que a Mariazinha entende mais quando você canta uma música

inventada para a aula de Ciências. Que o Pedro entende melhor a tabuada quando você usa palitos de sorvete ou sementes. E por isso, muitas vezes, você passa, de carteira em carteira, explicando a mesma coisa de um jeito diferente para cada um deles. Essa é base da Educação Inclusiva: considerar a deficiência de uma criança ou de um jovem como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter. E, sendo assim, respeitar essa diferença e encontrar formas adequadas para transmitir o conhecimento e avaliar o aproveitamento de cada aluno.

Para assumir o compromisso com o aluno o professor procura ter clareza das suas ações, organizando-se e aprendendo, conhecendo e favorecendo a inclusão, extinguindo preconceitos e preparando-se para organizar práticas pedagógicas que permita a aprendizagem de forma organizada e substancial, dentro do ritmo e da característica de cada aluno, sem esquecer que se trata de uma educação inclusiva, com diferenças, mas que deve ter integração, socialização, comunicação e aprendizagem entre os alunos.

Somente com o apoio dos professores, o Brasil poderá, de fato, oferecer uma Educação de Qualidade para Todos. E você, professor, pode começar a fazer isso agora. Não é preciso cursar uma faculdade. Basta você usar sua criatividade, seu bom senso, sua vontade de ensinar, sua experiência. E os professores especializados em alunos com deficiência e outros profissionais, como pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais estão aí para ajudar você. A Secretaria de Educação da sua cidade pode ajudar você a encontrá-los. (GIL, 2005, p.23).

O apoio a educação oferecido pelas redes de inclusão são instituídos em todos os estados e municípios e são denominados como serviços de apoio pedagógicos especializados e é parte integrante do apoio ao educador que procura métodos que favoreçam a aprendizagem do aluno especial. Para Gil (2005), o professor ao instituir métodos de aprendizagem favorece a interação e integração entre os alunos, permite a descoberta de interesses mútuos e a capacitação para todos. No uso de estratégias de aprendizagem cooperativa induz o aluno especial a melhorar a interação com os colegas e contribui com a elevação da auto-estima.

Nessas estratégias de aprendizagem cooperativa, o aluno aprende a socializar-se, a interagir com o outro, apoiando-se a aprendendo em conjunto e formando idéias, as atitudes são globais e a formação continua e respectiva, onde um ensina ao outro o que aprende, debatendo e enriquecendo o ensino-aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Conforme a Constituição Federal do Brasil, todos tem direitos iguais, contudo na relação escolar entre alunos que se diferenciam por ter algum tipo de dificuldade de locomoção, cognitiva ou psíquica, esse direito é dificultado por falta de conhecimento, informações e até mesmo preconceitos.

Para compreender o sistema educacional inclusivo, o educador tem como função conhecer as reais possibilidades do sistema educacional brasileiro, incluindo e perpassando dificuldades de adequação dos espaços além do preconceito existente tanto pela comunidade escolar quanto pela comunidade do entorno.

Na inclusão de alunos com dificuldades cognitivas, o educador tende a analisar o aluno, averiguando o grau de aprendizagem, como e quando o aluno aprende, através da socialização e da interação com o grupo.

Nesta pesquisa, a busca de informações girou em torno da educação inclusiva com educandos especiais com déficit cognitivo, mais especificamente distúrbios mentais, com os quais foi feito um diagnóstico de leitura e escrita, observando como está sendo a aprendizagem em alunos cursando o 2ª ano do ensino fundamental em uma escola inclusiva, bem como os professores procuram conhecer e se informar sobre os tipos de dificuldades de aprendizagem, como ocorrem, qual sua abrangência, características, tipos e causas e conseqüências.

Na pesquisa pode ser percebido que os professores procuram implantar métodos educacionais para elaborar meios que favoreçam a aprendizagem, havendo unanimidade na preocupação em favorecer o aluno especial, sem perpassar a aprendizagem dos demais educandos, havendo um processo de integração e desempenho por parte de todos no momento das brincadeiras e jogos que estimulam a aprendizagem.

Na análise da leitura e escrita, pode se perceber que dos cinco alunos, apenas um encontra-se em nível mais elevado, pronto para ser

alfabetizado os demais avançam há seu tempo e dentro de suas possibilidades de compreensão.

Mesmo assim, devido às dificuldades cognitivas que o educando apresenta um grau de instrução pouco abrangente a sua idade, contudo, a não desistência desses alunos é o que torna a educação um ato de formação, informação e principalmente socialização, não sendo apenas aprender e fazer, mas introduzir alunos a conquista do espaço próprio, a formação da própria identidade.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica, constatou que a educação brasileira é constituída através de direitos e deveres, tornando a inclusão de educandos especiais uma obrigação a educadores, escolas e família, não oportunizando aos educadores meios que favoreçam a inclusão por liberdade de escolha, mesmo com esse conceito, educadores procuram meios de favorecer essa inclusão, incluindo em sua metodologia de ensino currículos flexíveis e adaptados dentro do contexto do aluno e de acordo a suas reais possibilidades, para esse acontecimento a escola procura apoio de órgãos públicos e desenvolvem projetos que favoreçam a integração do aluno especial em todos os espaços escolares.

Aos educadores, cabe encontrar conteúdos que favoreçam a aprendizagem de forma significativa, especializando-se e conhecendo as diferenças em cada educando com o intuito de conduzi-los ao conhecimento, a conquista do espaço, a autonomia e a conquista de habilidades que para alguns são atos corriqueiros e para outros se torna uma grande conquista.

Mediante a pesquisa de campo pode-se constatar que os educando especiais portadores de déficit cognitivo - distúrbio mental, valorizam o que aprendem escrevem mesmo sem saber o que estão escrevendo com alegria, e mesmo fazendo a leitura global, reconhecem o valor da leitura.

Diante disso, este trabalho tem como principal função conhecer as discussões, decisões e transformações políticas que defendem a inclusão e que embora apoiada em textos avançados são dificultadas pela falta de informação a educadores e familiares sobre as reais possibilidades da

inclusão, pois, o que se espera desses temas inclusivos não são apenas inúmeros decretos, leis, documentos e debates, mas a contextualização de ações de viabilize a integração escolar, dando real significado ao texto constitucional que promulga a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros, independente de qualquer tipo de diferença, incluindo-se pessoas com necessidades especiais.

Para tal, é necessário que não apenas a lei seja constituída mas que a escola em todo seu potencial de novo significado a suas funções sociais, políticas, econômicas e culturais, na busca de atender a qualquer aprendente, oportunizando o direito a todos de aprender.

Portanto, através da pesquisa qualitativa buscou-se responder ao questionamento, sobre como está ocorrendo o processo de alfabetização de alunos com déficit cognitivo, a flexibilização e adaptação curricular e a influência que a escola tem diante a formação da identidade desses alunos.

Assim, conclui-se que para a inclusão total desses alunos as escolas devem estar preparadas, oferecer condições de trabalho a educadores além da formação continua com métodos de ensino-aprendizagem que contribua com a capacitação e geração de alunos autônomos, motivados e prontos para conquistarem seu espaço.

5. REFERÊNCIAS:

- BAZZANELA, André. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional**. Indaial: Asselvi, 2008.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: SET, 2007.
- _____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília:MEC/SEC/SEESP, 2001.
- _____. **Parametros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC/SER/SEESP, 1998.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- COVRE. Maria de Lordes Manzini. **O que é cidadania?**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CUPELLO, R. **O atraso da Linguagem como fator causal dos distúrbios de aprendizagem**. Rio de Janeiro: Reventer, 1998.
- ERICKSON, E. Homburger. **Identidade, Juventude, Crise**. Rio de Janeiro: Zaher, 1976.
- FERREIRO, Emilia. **Atualidades de Jean Piaget**. São Paulo: Artmed, 2001.
- GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?**. São Paulo: Impressão oficial, 2005.
- GOMES, Adriana L. Limaverde; et. al. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Mental**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
- PIRES, José. **Por uma ética de inclusão**. In. MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos et. al. **Inclusão Compartilhada**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ROSA, Dalva; SOUZA, V. de. **Políticas organizacionais e curriculares – Educação Inclusiva e Formação de Professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- WEISZ, Telma. Alfabetizar todo dia. **Revista Nova Escola**. Ed. Especial. São Paulo, n. 22, p. 14-33, mar. 2009.
- VYGOTSKY, Levo. S. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

6. APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM EDUCADORES

QUESTIONÁRIO

1 – Quais os déficits cognitivos apresentados pelos alunos em sua classe? -----

2 – Qual (as) as principais dificuldades dessas crianças no processo de alfabetização? -----

3 – Como as crianças que apresentam déficit cognitivo interagem no processo de aprendizagem com as crianças “normais”? -----

4 – Como as crianças que não apresentam déficit interagem no processo de aprendizagem dessas crianças? -----

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada (Alfabetizadora),

Você está sendo convidada a participar de um projeto de pesquisa que tem por objetivo investigar. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ALUNOS COM DÉFICIT COGNITIVO ATRAVÉS DO SEU PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.

O trabalho será desenvolvido pela Aluna Edilza Raimunda dos Santos Magalhães matriculada no curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade de Santa Maria – RS.

Seu consentimento irá contribuir com a formação do trabalho, através da sua participação em entrevistas individuais e sigilosas de acordo com as recomendações éticas instituída pelo Conselho de Pesquisa, salientando que seu nome e informações de identificação suas e dos alunos serão omitidos em todos os registros publicados.

Sua assinatura abaixo indica que você leu, esclareceu dúvidas e livremente concordou em permitir sua participação nessa atividade. Caso tenha alguma questão ou dúvida, basta entrar em contato com a pesquisadora. O nome e o telefone se encontram ao pé desta página.

Agradecemos sua atenção e cooperação.

Nome:

Data: ___/___/2010

Assinatura da entrevistada

7. ANEXOS:

ANEXO 1 – DIAGNÓSTICO DE ESCRITA 1

NOME: Maria Aparecida Leite Silva

1

IDADE: 15/07/83

SERIE/ANO: 2º ano (conservada)

TEMPO DE ESCOLARIDADE: matriculada 2004

Oia a palavra abaixo:

BONECA

BTio «rijif»

Escreva a palavra que a pro falar:

MINO «menino»

Maria Aparecida Leite Silva

ANEXO 2 – DIAGNOSTICO DE ESCRITA 2

2

NOME: João Henrique Pereira dos Santos

IDADE: 24/06/95

SERIE/ANO: 2º ano (conservado)

TEMPO DE ESCOLARIDADE: matriculado 2006

Leia a palavra abaixo:

BONECA

Escreva a palavra que a princípio falava:

ukuan

"menino"

João Henrique

3

NOME : Edilaine dasconcelos dos Santos

IDADE : 10 / 02 / 78

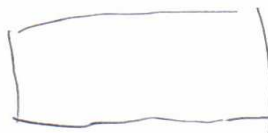
SERIE / ANO : 2º ano

TEMPO DE ESCOLARIDADE : matriculado em 2007

Leia a palavra abaixo

BONECA
+

Escreva a palavra que a pró falar :



minimais

~~~~~

NOME: Maria Margareth dos Santos Silva

④

IDADE: 19/11/62

SERIE/ANO: 2º conservada (EJA)

TEMPO DE ESCOLARIDADE: matriculada 2003

Leia a palavra abaixo:

**BONECA**

Escreva a palavra que a pró falar:  
Etereva

5

NOME: Patrícia Cristina de Silva

IDADE: 08/12/93

SERIE/ANO 2º ano

TEMPO DE ESCOLARIDADE: matriculado em 2003

Leia a palavra abaixo:

**BONECA**

Escreva a palavra que a pró falar.

B O A O

o ↑ Patricia